



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL N.º 20/SRAAC/2022 PARA A
CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “ELABORAÇÃO E
PUBLICAÇÃO DE GUIAS DE BOAS PRÁTICAS SECTORIAIS E TERRITORIAIS PARA A
NEUTRALIDADE CARBÓNICA DOS AÇORES - PROJETO REACT-EU”**

AO ABRIGO DO DISPOSTO NO REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS
NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, APROVADO PELO DECRETO
LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A, DE 29 DE DEZEMBRO, NA SUA
REDAÇÃO EM VIGOR, E, SUBSIDIARIAMENTE, NO CÓDIGO DOS CONTRATOS
PÚBLICOS, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE
JANEIRO, NA SUA VERSÃO ATUAL

CADERNO DE ENCARGOS



Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Índice

Capítulo I.....	3
Disposições Iniciais.....	3
Objeto.....	3
Disposições por que se rege a prestação de serviços.....	3
Âmbito da prestação de serviços	4
Prevalência	5
Capítulo II	5
Obrigações do Contraente Público	5
Obrigações da DRAAC.....	5
Preço Base.....	5
Condições de pagamento.....	6
Capítulo III	8
Obrigações do Cocontratante.....	8
Obrigações gerais do cocontratante	8
Prazos da prestação de serviços	9
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	11
Deveres de colaboração recíproca e informação	14
Execução pessoal do contrato	14
Gestora do contrato	14
Consórcio	15
Patentes, licenças e marcas registadas e Direitos de autor	15
Capítulo IV	15
Penalidades contratuais e resolução	15
Penalidades contratuais	15
Modificação objetiva do contrato	17
Resolução do contrato pelo contraente público.....	17
Resolução do contrato pelo cocontratante	18
Capítulo V.....	19
Disposições Finais.....	19
Deveres de informação	19
Foro competente	19
Comunicações e notificações.....	19
Contagem dos prazos.....	19



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Capítulo I
Disposições Iniciais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento por Concurso Público n.º 20/SRAAC/2022, com Publicidade Internacional, para a “ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE GUIAS DE BOAS PRÁTICAS SECTORIAIS E TERRITORIAIS PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA DOS AÇORES - PROJETO REACT-EU”.

Cláusula 2.^a

Disposições por que se rege a prestação de serviços

1. A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre o contraente público e o cocontratante.
Por contraente público, entende-se a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (doravante abreviadamente designado por DRAAC).
Por cocontratante entende-se a entidade com quem foi contratada a aquisição dos serviços em referência.
 - b) Ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 31 de dezembro, que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (doravante abreviadamente designado por RJCPRAA) e subsidiariamente ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante abreviadamente designado por CCP);
 - c) À restante legislação portuguesa aqui não citada, mas aplicável nomeadamente relativa a prejuízos a terceiros, desemprego, trabalho, Previdência Social, segurança no trabalho.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o cocontratante obrigado ao pontual cumprimento de tudo o demais que se encontrar em vigor e que se relacione com os bens a adquirir.
4. Além dos documentos normativos indicados neste caderno de encargos, o cocontratante obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável aos bens a adquirir e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou detentoras de patentes.
5. A DRAAC pode, em qualquer momento, exigir ao cocontratante a comprovação do documento das disposições regulamentares e normas aplicáveis.

Cláusula 3.^a

Âmbito da prestação de serviços

1. A presente prestação de serviços visa a “ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE GUIAS DE BOAS PRÁTICAS SECTORIAIS E TERRITORIAIS PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA DOS AÇORES - PROJETO REACT-EU”, e terá aplicação a toda a Região Autónoma dos Açores.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o prestador de serviços fica obrigado a prestar os serviços nas condições definidas no Anexo I do presente Caderno de Encargos - Especificações Técnicas.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Cláusula 4.^a

Prevalência

1. Fazem parte do contrato a celebrar o caderno de encargos e a proposta do cocontratante.
2. Em caso de dúvidas a ordem de prevalência é a constante dos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP.

Capítulo II

Obrigações do Contraente Público

Cláusula 5.^a

Obrigações da DRAAC

Constituem obrigações da DRAAC:

- a) Acompanhar a execução do contrato;
- b) Além da documentação integrante no procedimento, a DRAAC, por solicitação do cocontratante, fornece quaisquer outros elementos disponíveis que não tenham carácter confidencial ou sigiloso e que se afigurem convenientes para uma melhor prestação dos serviços compreendidos no presente procedimento;
- c) A DRAAC obriga-se a informar o cocontratante, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, qual o elemento responsável por si nomeado para coordenar e garantir a execução da prestação de serviços e o respetivo endereço eletrónico para efeitos de troca de informações.

Cláusula 6.^a

Preço Base

1. A aquisição de serviços tem como parâmetro base quanto ao preço, o valor máximo de € 191.308,97 (cento e noventa e um mil, trezentos e oito euros e noventa e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor conforme o teor dos artigos 42.º e 47.º, ambos do CCP, e alínea b) do artigo 20.º do RJCPRAA.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas com o pessoal a afetar ao serviço, viagens e alojamentos.
3. São ainda da responsabilidade do cocontratante todos os meios auxiliares, deslocações, equipamentos, contactos com outras entidades e quaisquer ações de recolha e tratamento de informações que visem a boa execução do contrato, bem com o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.^a

Condições de pagamento

1. O pagamento do preço contratual é efetuado, do seguinte modo:
 - a) 2,4 % (dois vírgula quatro por cento) do preço contratual, após a entrega e aprovação dos documentos que constituem a Fase 1, referida no número 2 da clausula 10^a do presente Caderno de Encargos;
 - b) 20% (vinte por cento) do preço contratual, após a entrega e aprovação dos documentos que constituem a Fase 2, referida no número 3 da clausula 10^a do presente Caderno de Encargos;
 - c) 10 % (dez por cento) do preço contratual, após a entrega e aprovação dos documentos que constituem a Fase 3, referida no número 4 da clausula 10^a do presente Caderno de Encargos;
 - d) 20 % (vinte por cento) do preço contratual, após a entrega e aprovação dos documentos que constituem a Fase 4, referida no número 5 da clausula 10^a do presente Caderno de Encargos;
 - e) 30 % (trinta por cento) do preço contratual, após a entrega e aprovação dos documentos que constituem a Fase 5, referida no número 6 da clausula 10^a do presente Caderno de Encargos;



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

- f) 17,6 % (dezassete vírgula seis por cento) do preço contratual, após a entrega e aprovação dos documentos que constituem a Fase 6, referida no número 7 da cláusula 10^a do presente Caderno de Encargos.
2. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos do número anterior, deverão ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.
 3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
 4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, o pagamento das faturas será efetuado no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data de emissão das mesmas, por ordem permanente de transferência bancária para a conta aberta em nome do cocontratante.
 5. O contraente público deduzirá nos pagamentos parciais a efetuar ao cocontratante, caso tal se verifique:
 - a) As importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe forem aplicadas;
 - b) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.
 6. Não serão efetuados adiantamentos ao cocontratante.
 7. Não serão efetuados pagamentos de prémios ao cocontratante.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Capítulo III
Obrigações do Cocontratante

Cláusula 8.^a

Obrigações gerais do cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços as seguintes obrigações gerais:

- a) Prestar os esclarecimentos e pareceres que venham a ser solicitados pela DRAAC ou que se venham a mostrar necessários elaborar pelo cocontratante para cumprimento das obrigações que lhe incumbem;
- b) Garantir o sigilo quanto a informações que o cocontratante venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade da DRAAC;
- c) Contratualizar todos os contratos de seguro exigíveis pela lei para o exercício do objeto da presente prestação de serviços.

Cláusula 9.^a

Organização de meios do cocontratante

- 1. Para a prestação de serviços objeto do contrato, o cocontratante obriga-se a constituir uma equipa de trabalho multidisciplinar.
- 2. O coordenador da equipa deve ser detentor de grau académico, no mínimo de licenciatura, experiência profissional comprovada na área de gestão de ambiente e energia e de ter executado ou coordenado serviços similares ao do âmbito desta prestação de serviços.
- 3. Além do coordenador, os restantes membros da equipa que o cocontratante afetar à prestação de serviços objeto do presente procedimento, devem ser detentores de grau académico, no mínimo de licenciatura, devendo contemplar as diversas áreas necessárias para realizar as tarefas descritas nos diversos setores, tais como, ambiente, energia e agricultura.



Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

4. Compete ao cocontratante o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários à execução das ações a desenvolver no âmbito da prestação de serviços em apreço, bem como o estabelecimento de todo o sistema de organização conducente à perfeita e completa execução das tarefas contratadas.
5. Se a DRAAC verificar que os meios utilizados pelo cocontratante são insuficientes ou menos adequados à boa execução dos trabalhos, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação e/ou substituição.
6. Compete ao cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos e realizar as tarefas subjacentes aos serviços a prestar.
7. O cocontratante deverá ser possuidor de apoio administrativo e outros considerados necessários ao bom desenvolvimento dos serviços a prestar. Os custos de intervenção destes elementos deverão estar diluídos no valor global das propostas apresentadas.
8. A mobilização e seleção de todos os meios humanos e materiais necessários para a execução dos trabalhos a cargo do cocontratante são da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua categoria profissional.
9. Sempre que, por qualquer motivo, seja necessário a substituição de qualquer elemento da equipa que foi proposta pelo cocontratante, este submeterá, previamente e de imediato, à apreciação da DRAAC a sua substituição, a qual apenas será aprovada se proporcionar um nível de qualidade equivalente ao/s elemento/s a substituir.
10. Mediante pedido fundamentado da DRAAC, o cocontratante obriga-se a substituir qualquer elemento do seu pessoal.

Cláusula 10.^a

Prazos da prestação de serviços

1. A prestação de serviços terá início a partir da data da celebração do contrato, e será executada durante 15 (quinze) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

2. A Fase 1, compreende os elementos constantes da alínea a) do número 1 do PONTO F - DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE, das especificações técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos e deverá ser concluída no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data da celebração do contrato.
3. A Fase 2, compreende os elementos constantes da alínea b) do número 1 do PONTO F - DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE, das especificações técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos e deverá ser concluída no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da celebração do contrato.
4. A Fase 3, compreende os elementos constantes da alínea c) do número 1 do PONTO F - DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE, das especificações técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos e deverá ser concluída no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da celebração do contrato.
5. A Fase 4, compreende os elementos constantes da alínea d) do número 1 do PONTO F - DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE, das especificações técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos e deverá ser concluída no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data da celebração do contrato.
6. A Fase 5, compreende os elementos constantes da alínea e) do número 1 do PONTO F - DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE, das especificações técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos e deverá ser concluída no prazo máximo de 390 (trezentos e noventa) dias, a contar da data da celebração do contrato.
7. A Fase 6, compreende os elementos constantes da alínea f) do número 1 do PONTO F - DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE, das especificações técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos e deverá ser concluída no prazo máximo de 430 (quatrocentos e trinta) dias, a contar da data da celebração do contrato.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Cláusula 11.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da entrega dos documentos que compreendem as Fases 1, 2, 3, 4, 5 e 6 referidas na clausula anterior, o contraente público procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o cocontratante deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do contraente público a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo cocontratante, no prazo respetivo, o contraente público procede a nova análise nos termos definidos no nº 1 da presente cláusula.
6. Caso a análise do contraente público a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do termo dessa análise, comunicação de aceitação pelo contraente público.
7. A comunicação de aceitação a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Caderno de Encargos.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Cláusula 12.^a

Transferência da propriedade

1. Com a comunicação de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o contraente público.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 13.^a

**Relações do cocontratante com a DRAAC, Confidencialidade e Proteção de Dados
Pessoais**

1. Os esclarecimentos de dúvidas, omissões e ambiguidades do presente caderno de encargos são sempre submetidos à aprovação da DRAAC, pelo cocontratante, antes da sua execução.
2. O cocontratante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela DRAAC ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
3. O cocontratante obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), bem como outra legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, obrigando-se designadamente a:
 - a) Não proceder a qualquer tipo de tratamento dos dados pessoais, independentemente do suporte em que os mesmos se encontrem, a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela DRAAC ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela DRAAC;



Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

- b) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela DRAAC, no âmbito da autorização referida na alínea anterior, única e exclusivamente para efeitos do estabelecido no contrato;
 - c) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - d) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional e de confidencialidade pelas pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da DRAAC contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f) Assegurar que os seus colaboradores não divulguem informação que venham a ter conhecimento dos recursos físicos implementados nos locais de salvaguarda dos documentos contendo dados pessoais;
 - g) Disponibilizar todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações referentes à proteção de dados pessoais, facilitar e contribuir para as auditorias e inspeções, incluindo da própria DRAAC;
 - h) Manter a DRAAC informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos dos instrumentos de legalização concedidos;
 - i) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas na presente cláusula, bem como no Regulamento Geral de Proteção de Dados e respetiva legislação aplicável.
4. O cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que a DRAAC venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

5. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao cocontratante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o cocontratante e o referido colaborador.

6. Caso o cocontratante seja autorizado pela DRAAC a subcontratar outras entidades, a mesma será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, devendo a obrigação de cumprimento da presente cláusula constar do contrato a celebrar entre o cocontratante e a entidade subcontratada.

7. Em caso de violação de dados pessoais, será notificado esse facto à Comissão Nacional de Proteção de Dados nos termos e condições previstos na lei.

Cláusula 14.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução dos contratos, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 15.^a

Execução pessoal do contrato

O cocontratante tem o dever de cumprir, de forma exata e pontual, todas obrigações contratuais assumidas, não podendo transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a DRAAC (artigo 288.º do CCP).

Cláusula 16.^a

Gestora do contrato

A execução do contrato a celebrar, é acompanhada permanentemente por Sónia Paula da Silveira Bettencourt, na qualidade de Chefe de Divisão da Divisão de Ação Climática e Avaliação



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Ambiental, da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, para os efeitos do artigo 290.º-A e da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, ambos do CCP.

Cláusula 17.º

Consórcio

Os concorrentes podem apresentar proposta enquanto parte integrante de um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, conforme o disposto no Programa de Procedimento.

Cláusula 18.ª

Patentes, licenças e marcas registadas e Direitos de autor

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a DRAAC venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
3. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 63/85, de 14 de março, na sua versão atual, as partes convencionam que a titularidade dos direitos de autor relativos a qualquer criação intelectual do cocontratante, em cumprimento do contrato de prestação de serviços, pertencem à DRAAC.

Capítulo IV

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 19.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a DRAAC pode exigir do



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária nos seguintes termos:

- a. 0,3 % do valor do contrato, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos referidos na Cláusula 10.^a do presente Caderno de Encargos;
 - b. A falta de qualquer obrigação imposta no presente caderno de encargos implica a aplicação de multa variável, por cada falta, entre 0,1% a 0,5% do valor do contrato, consoante a gravidade do fato e de acordo com a DRAAC.
2. O valor acumulado das penalizações a que se refere o número anterior não pode exceder 20% do valor global do contrato, sob pena de resolução do mesmo, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do CCP.
 3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a DRAAC decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 4. O contraente público, pode, excecionalmente, aprovar prorrogações contratuais relativamente aos prazos da prestação de serviços, correspondendo a um prolongamento ou ampliação dos prazos de cumprimento do contrato, mas que é concedido pelo contraente público ao cocontratante em virtude de este não conseguir o cumprimento dos prazos do contrato por razões que, não obstante lhe serem imputáveis, o contraente público entende serem relevadas, e que não merecerem a aplicação de multa contratual.
 5. A prorrogação prevista no número anterior deve ser fundamentada dadas as circunstâncias concretas do caso, e deve ser compatível com o interesse público para a boa conclusão do contrato.
 6. A prorrogação graciosa, ou havendo mais do que uma, nunca pode ser superior ao prazo inicial.
 7. O cocontratante deve entregar o pedido de prorrogação graciosa, fundamentado, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias a contar da data inicialmente prevista para o seu termo.
 8. As quantias devidas pelo cocontratante a título de pena pecuniária serão deduzidas pela DRAAC ao montante dos pagamentos devidos ao abrigo do contrato.
 9. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a DRAAC exija



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.^a

Modificação objetiva do contrato

1. A DRAAC pode modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo e ao modo de execução das prestações previstas no contrato por razões de interesse público, decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes, com os limites previstos no artigo 313.º do CCP.
2. Por acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato, o contrato pode ser modificado com os fundamentos do artigo 312º do CCP.

Cláusula 21.^a

Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a DRAAC pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;
 - b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de direção da DRAAC;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pela DRAAC contrarie o princípio da boa-fé;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - g) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente.



Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas.

Cláusula 22.^a

Resolução do contrato pelo cocontratante

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à DRAAC;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela DRAAC por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual da DRAAC, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela DRAAC de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução é exercido apenas por via judicial.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à DRAAC produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a DRAAC cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Capítulo V
Disposições Finais

Cláusula 23.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de qualquer alteração superveniente das circunstâncias, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez (10) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos contam-se nos seguintes termos:



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

- a) Na fase da formação do contrato, os prazos são descontínuos, não correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no artigo 470.º do CCP;
- b) Na execução do contrato, os prazos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, de acordo com o disposto no artigo 471º do CCP.

Anexo I: Especificações Técnicas (a que se refere o nº 2 da clausula 3ª).



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Anexo I
Especificações técnicas
(a que se refere o nº 2 da clausula 3ª)

A. OBJETIVOS

1. Elaboração de 6 (seis) Guias de Boas Práticas Sectoriais e Territoriais para a neutralidade carbónica dos Açores, direcionados para os seguintes sectores económicos: Agricultura agropecuária, florestas matos e pastagens, Produção e distribuição de energia, Construção e edifícios, Gestão de resíduos e de águas residuais, Indústria, Transportes terrestres, aéreos e marítimos.
2. Os serviços a prestar pelo cocontratante devem assentar nas seguintes premissas fundamentais:
 - a) Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente, sustentável e neutra em carbono a nível regional;
 - b) Promover uma economia verde mais inclusiva;
 - c) Estimular a inovação, a produção de conhecimento e a criação de massa crítica que aporte uma diferenciação competitiva para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica dos Açores;
 - d) Promover a confiança inerente e necessária à consolidação e desenvolvimento da cooperação económica dos agentes envolvidos;
 - e) Assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais;



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

- f) Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.
- g) Induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis;
- h) Reduzir a dependência energética do exterior e promover modelos de produção energética alinhados com os recursos endógenos;
- i) Contribuir para a resiliência e para a capacidade regional de adaptação aos potenciais impactos das alterações climáticas.

B. TAREFAS A REALIZAR PELO COCONTRATANTE

As tarefas necessárias para alcançar os objetivos apresentados anteriormente são as seguintes:

1. Identificar as metodologias de inventariação das emissões de gases com efeito de estufa, nos diversos sectores;
2. Propor formas de cálculo da pegada de carbono (em CO₂eq), em cada sector;
3. Identificar ações com potencial de redução/compensação das emissões de gases com efeito de estufa para cada setor de acordo com as opções de mitigação/adaptação, tendo também em conta os impactos que as alterações climáticas podem ter nessas opções;
4. Identificar ações que promovam o envolvimento dos *stakeholders* das diversas áreas de intervenção;
5. Apresentar estratégias para a obtenção de vantagens através das circunstâncias locais e dos recursos endógenos, tendo em conta o enquadramento em termos de políticas



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

climáticas;

6. Apresentar ações/instrumentos que minimize riscos e maximize oportunidades no sentido de uma economia de baixo carbono nas diversas áreas;
7. Fornecer uma análise SWOT para os diversos sectores tendo por objeto a neutralidade carbónica da Região Autónoma dos Açores.
8. Propor exemplos de ações que possam ser implementadas de forma realista nos diversos sectores;
9. Apresentar um plano de divulgação dos Guias de Boas Práticas sectoriais para a neutralidade carbónica dos Açores.
10. Realizar pelo menos 3 (três) apresentações presenciais e 1 (uma) online para divulgação dos Guias de Boas Práticas pelas partes interessada, em três ilhas diferentes do Arquipélago dos Açores.

C. REQUISITOS TÉCNICOS A CONSIDERAR NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços a prestar pelo cocontratante deverão ser desenvolvidos em conformidade com as estratégias, diretrizes, objetivos e políticas de âmbito setorial já previstas em documentos de política e medidas, estabelecidos a nível comunitário, nacional e regional, destacando-se pela sua



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

relevância os seguintes instrumentos de política regional:

- Estratégia Açoriana para a Energia 2030;
- Plano de Mobilidade Elétrica dos Açores (PMEA);
- Estratégia Florestal dos Açores;
- Programa Regional para as Alterações Climáticas;
- Plano Integrado dos Transportes;
- Programa Operacional dos Açores 2030;
- PROENERGIA;
- Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA);
- Inventário Nacional de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (INERPA).

D. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

O cocontratante procederá à recolha de toda a informação necessária para prestar os serviços objeto do contrato a celebrar.

E. METODOLOGIA

1. O cocontratante deverá organizar e coordenar todos os serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar.
2. O cocontratante deverá, no início da execução do contrato, realizar uma reunião com a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, de forma a expor:
 - a) A programação e calendarização das diversas tarefas e a dependência das



Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

mesmas entre si de forma detalhada e clara;

b) A definição do protocolo de partilha de informação entre todos os intervenientes na elaboração dos trabalhos.

3. O cocontratante deverá, durante o decorrer da prestação de serviços, garantir a articulação com o contraente público, através de uma adequada e consistente gestão global dos serviços, promovendo a partilha de conhecimento e a otimização das sinergias.

4. Deverá o cocontratante agendar reuniões de progresso trimestrais, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, garantindo o cumprimento dos prazos estipulados.

F. DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o cocontratante fica obrigado a entregar ao contraente público os seguintes documentos:

- a) Cronograma de atividades detalhado por objetivos, tarefas e prazos de execução;
- b) Levantamento das orientações de boas práticas existentes para cada sector;
- c) Levantamento das orientações de monitorização de emissões e de sequestro de carbono, existentes para cada sector;
- d) Documento com a proposta de maqueta que contenha a estrutura dos diversos Guias;
- e) Documentos relativos aos Guias de Boas Práticas sectoriais para a neutralidade carbónica dos Açores, em formato papel de digital;
- f) O plano de divulgação mencionado no número 9 do Ponto B “TAREFAS A REALIZAR PELO COCONTRATANTE”.

2. No final do contrato, o cocontratante fica obrigado a elaborar e a entregar 6 (seis) Guias de Boas Práticas para a neutralidade carbónica dos Açores, direcionados para os seguintes sectores económicos: Agricultura agropecuária, florestas matos e pastagens, Produção e distribuição de energia, Construção e edifícios, Gestão de resíduos e de águas residuais, Indústria, Transportes terrestres, aéreos e marítimos), contendo boas práticas a adotar pelos agentes e instituições de cada sector, orientações para a redução,



Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

compensação de emissões, minimizando pressões em cada sector, potenciadas ou associadas às alterações climáticas e analisar e ajustar os impactos e as medias de mitigação/adaptação às alterações climáticas no sentido da a neutralidade carbónica da RAA prevista para 2050, contendo as respetivas análises SWOT.

3. O cocontratante fica obrigado a apresentar ao contraente público relatórios intercalares de situação, caso se registem desvios e/ou reprogramações temporais, relativamente à calendarização contratualizada.

G. EXEMPLARES A FORNECER PELO COCONTRATANTE

1. Todos os documentos a entregar ao longo da execução do contrato a celebrar deverão ser entregues em formato digital e 2 (dois) exemplares em formato de papel.

2. O cocontratante deverá ainda entregar ao contraente público, 30 (trinta) exemplares, em formato de papel, e 1 (uma) versão em formato digital de cada Guia de Boas Práticas sectoriais para a neutralidade carbónica, e do respetivo plano de divulgação e sumário executivo.